

PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS (PPSUS): CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS NO ESTADO DA BAHIA

Daiane Schultz Macedo¹; Marcelo Santana Silva²; Jerisnaldo Matos Lopes³; Deise Danielle Neves Piau⁴; Márcio Luis Valença Araújo⁵; Handerson Joge Dourado Leite⁶

¹Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação- PROFNIT
Instituto Federal da Bahia - IFBA – Jequié/BA – Brasil
daianeschultz@gmail.com

²Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação- PROFNIT
Instituto Federal da Bahia - IFBA – Salvador/BA – Brasil
profmarceloifba@gmail.com

³Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação- PROFNIT
Instituto Federal da Bahia - IFBA – Salvador/BA – Brasil
jerislopes@hotmail.com

⁴Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPGI/DINOV)
Instituto Federal da Bahia - IFBA – Vitória da Conquista/BA – Brasil
deiseplau@gmail.com

⁵Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação- PROFNIT
Instituto Federal da Bahia - IFBA – Salvador/BA – Brasil
mruido.valenca@gmail.com

⁶Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação- PROFNIT
Instituto Federal da Bahia - IFBA – Salvador/BA – Brasil
handerson_leite@yahoo.com.br

Resumo

O Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde é uma iniciativa de gestão compartilhada em saúde que visa apoiar pesquisas direcionadas para solução de problemas prioritários da saúde da população. No entanto, apresenta como desafio a incorporação dos resultados das pesquisas no Sistema Único de Saúde. Diante disso, o trabalho teve como objetivo realizar a caracterização dos projetos financiados pelo Programa Pesquisa para o SUS do estado da Bahia, de modo a classificá-los segundo os objetivos do Programa, fazendo um contraponto com os critérios de julgamento estabelecidos em quatro editais já finalizados. Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter exploratório e de natureza qualitativa. Como instrumento de coleta de dados secundários utilizou-se os Editais Nº 020/2010, 020/2013, 030/2013 e 003/2017 e os resumos dos projetos selecionados. Para organização e tratamento dos dados utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin. Os dados foram alocados por meio dos seguintes categorias: natureza da pesquisa e mecanismos de geração de inovação. Diante do estudo verificou-se que entre os 144 projetos analisados, a maioria se refere a pesquisa básica e a pesquisa aplicada, totalizando 129 frequências de unidades de registro, e somente 15 projetos apresentaram soluções técnicas potencialmente inovadoras. No que diz respeito aos editais infere-se que os mesmos foram instrumentalizados por critérios de julgamento satisfatórios com os objetivos que regem o Programa. Recomenda-se que as futuras edições estabeleçam limites de financiamento para cada modalidade de pesquisa, básica, aplicada e tecnológica e/ou inovação.

Palavras-chave: política de pesquisa em saúde; PPSUS; pesquisa científica e tecnológica.

1 Introdução

O Brasil, a partir da década de 1990, teve que ajustar diversos arcabouços legais, de modo a acompanhar os novos paradigmas, orientadores de políticas de ciência e tecnologia (C&T), que vinham sendo adotados por países como os Estados Unidos e o Canadá. Como fruto dessa mudança, a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), formalizada em 2004, inclui entre suas estratégias a criação de mecanismos para a superação das desigualdades regionais em ciência e tecnologia (GUIMARÃES, 2006; NOAVES et al., 2019).

Diante desse cenário, o Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS), criado em 2004, é um instrumento idealizado para propiciar o incentivo à produção do conhecimento científico, por meio da descentralização do fomento à pesquisa em saúde em todo o território nacional, procurando aproximar os campos da pesquisa e da atenção à saúde (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009). O seu objetivo primordial é o financiamento de pesquisas em temas prioritários, que possam permitir o aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde nas vinte e sete unidades federativas (BRASIL, 2020).

Em decorrência da importância do PPSUS para o campo da pesquisa em saúde, alguns ensaios e investigações tem analisado a aplicação dos resultados das pesquisas financiadas pelo PPSUS, avaliando, sobretudo, a distribuição dos projetos contratados por subagendas, por indicadores gerenciais, por perfil de seleção e seus respectivos custos financeiros (CELINO *et al.*, 2013; ELL, *et al.*, 2016; NOVAES *et al.*, 2019; CARVALHO *et al.*, 2016). No entanto, observa-se que existe uma grande lacuna do conhecimento quanto a realização de estudos voltados para o levantamento da categorização dos projetos financiados pelo PPSUS, de modo a propiciar reflexões e debates quanto a implementação das fases iniciais do programa.

Há consenso que o grande desafio da operacionalização do PPSUS encontra-se na incorporação dos resultados das pesquisas no SUS (BRASIL, 2014). Corroborando com essa explanação, Novaes et al., (2019) e Carvalheiro (2012) afirmam que o dilema das pesquisas em saúde consiste na utilização e na absorção dos novos conhecimentos e dos novos produtos aos serviços de saúde.

Portanto, considerando a relevância do perfil das propostas selecionadas e os critérios estabelecidos nos editais de seleção do PPSUS, objetiva-se com este estudo realizar a caracterização dos projetos financiados pelo PPSUS do estado da Bahia, de modo a classificá-los segundo os objetivos do Programa, fazendo um contraponto com os critérios de julgamento estabelecidos em quatro editais já finalizados.

Em suma, o estudo em questão apresenta, inicialmente, a introdução com a apresentação da justificativa, do problema e do objetivo; em seguida, a apresentação do desenho do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde; na sequência, os procedimentos metodológicos, detalhando as técnicas empregadas para a coleta e análise de dados; logo após, os resultados e discussões das análises da caracterização dos projetos financiados pelo PPSUS, em quatro edições já finalizadas; e, por fim, as considerações finais.

2 Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS)

Em conformidade com o movimento internacional, o movimento de saúde brasileiro precisava se adequar ao que vinha sendo executado em todo o mundo, e dessa forma, a PNCTIS foi promulgada para satisfazer a indução do desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação em saúde (CTI/S) (BRASIL, 2008). Pode-se dizer que a concepção dessa Política é uma consequência positiva do incremento das atribuições do SUS para a “implementação do desenvolvimento científico e tecnológico e da inovação, no campo da saúde”, conforme preconizado no artigo 200, inciso V da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Além disso, a estruturação do Ministério da Saúde (MS) com a criação do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), em 2000, e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), em 2003, ampliou os investimentos para o fomento da pesquisa descentralizada (BARTOLI; MORAIS; MOTTA, 2011).

Neste sentido, o MS visando atender a uma das estratégias da Política criou o PPSUS, com o propósito de financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população brasileira (BRASIL, 2009). O Programa, tem como marca, o modelo de gestão descentralizado e para a consecução dos seus fins são realizadas parcerias entre os Governos federal e estadual. No nível federal encontra-se o coordenador nacional do programa, Decit/MS, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq/MCT), que é a instituição responsável pelo gerenciamento administrativo do PPSUS. E na esfera estadual estão os executores do programa, as Fundações de Amparo à Pesquisa – (FAP), que também são cofinanciadoras, e as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) (BARSIL, 2020).

Vale mencionar que o SUS foi regulamentado e criado pela “Lei Orgânica da Saúde”, Lei Nº 8.080/1990, que garantiu a todos os brasileiros o acesso integral, universal e gratuito dos serviços de saúde, sendo considerado, portanto, a materialização da assistência e dos “serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais” (BRASIL, 2000).

O desenvolvimento do PPSUS envolve etapas distintas em três fases: a primeira, a organização da chamada pública; a segunda, submissão, julgamento e contratação dos projetos; e a terceira, acompanhamento e avaliação (A&A) (BRASIL, 2020).

A primeira fase do PPSUS concentra-se na definição de prioridades de pesquisa a nível local. Para se chegar a um consenso quanto aos temas prioritários são realizadas oficinas com a participação de representantes das SES, do Decit/MS, do CNPq/MCT, da comunidade científica, das FAP, e representantes do controle social. O evento é coordenado pelas FAP e SES que conduzem as discussões embasadas na situação de saúde dos estados. As prioridades de pesquisa em saúde estabelecidas comporão os temas e linhas dos editais de seleção dos projetos (BORTOLI, MORAIS, MOTTA, 2011; BRASIL, 2009).

A segunda fase, denominada de avaliação ex-ante, consiste: na submissão das propostas, em que os coordenadores submeterão seus projetos por meio do Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde (SISC&T); no enquadramento das propostas pelas FAP; e no julgamento, realizado por pareceristas *ad hoc*, comissão de especialistas (CE), comissão de avaliação presencial (CAP) e comitê gestor (CG). Encerra-se, portanto, com a divulgação dos resultados e, por fim, a contratação das propostas (BRASIL, 2020).

Subsequentemente, a terceira fase compreende a avaliação ex-post quando acontece os Seminários de Avaliação Parcial e de Avaliação Final e da análise do potencial de incorporação dos resultados das pesquisas aos serviços de saúde, atribuição das SES (BRASIL, 2020).

Ao longo dos 16 anos de existência do PPSUS, o estado baiano participou de todas as edições das chamadas públicas, com 11 editais publicados aportando-se valores na ordem de R\$ 28,8 milhões de reais para o financiamento de 285 projetos de pesquisa (FAPESB, 2021; DECIT/MS, 2021).

3 Metodologia

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, de caráter exploratório e de natureza qualitativa, perfazendo duas etapas para a coleta dos dados, sendo a primeira empreendida sobre os editais do PPSUS-BA, realizada no site da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB); e a segunda, por meio do levantamento dos projetos aprovados no sistema gerencial do Decit/MS, “Pesquisa Saúde”, de acesso público, <https://pesquisasaude.saude.gov.br>.

A fim de constituir o corpus da pesquisa utilizou-se a regra da representatividade, que segundo aborda Bardin (2016) tem a capacidade de representar o universo inicial. Portanto, a fim de selecionar os quatro editais foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: os finalizados, os lançados por chamadas recentes e aqueles em que o estado da Bahia participou da chamada pública bienal. Dessa forma, os Editais Nº 020/2010, Nº 020/2013, 030/2013 e Nº 003/2017 atenderam aos critérios definidos.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que busca oferecer um significado às informações, pela frequência recorrente de termos nos discursos (BARDIN, 2016), optando-se pela modalidade de análise temática. A condução da análise foi organizada em

três fases cronológicas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase, os documentos selecionados para análise foram organizados e procedeu-se a definição dos códigos. Tomou-se como referência o Manual de Frascati (2015) e o Manual de Oslo (2005), sobre os conceitos da “natureza da pesquisa” e as teorias para a geração de inovação, respectivamente. A partir dos conceitos pode-se compreender e estabelecer os perfis das pesquisas e quais seriam os mecanismos de geração de inovação, obtendo, assim, a delimitação e constituição dos seguintes códigos (C) e subcategorias (SC): C1 natureza da pesquisa, SC1 pesquisa básica e SC2 pesquisa aplicada; C2 mecanismos de geração de inovação, SC1 novo produto para o SUS, SC2 novo método ou processo para o SUS, SC3 abertura de novos mercados, SC4 novas fontes provedoras de matérias-primas e SC5 nova forma de organização para o SUS.

Na segunda fase, que consistiu na codificação dos textos, buscou-se identificar nos documentos, especificamente nos campos “resumos” e aplicabilidade para o SUS” extrair trechos relevantes denominados de “expressões chaves” que revelavam a essência do conteúdo do texto e que estavam condizentes com os códigos e subcategorias selecionados.

A terceira e última fase de análise compreendeu o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A partir das ideias centrais registradas nos textos foram criadas categorias específicas que abrangem aspectos comuns entre os códigos e as subcategorias de modo a fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos, o que resultou nas seguintes categorias: natureza da pesquisa e mecanismos para geração de inovação.

A análise dos editais focou, basicamente, nos critérios de julgamento, de forma a verificar se os mesmos apresentavam características que pudessem induzir um tipo de estudo específico.

4 Resultados e Discussão

No período de 2010 a 2017 foram lançados quatro editais do PPSUS e financiados 144 projetos no valor superior a 16 milhões de reais. Desse montante, 65,24% dos recursos foram oriundos do Decit/SCTIE/MS e 34,76% da FAPESB. Esses dados demonstram a importância do PPSUS para a descentralização do fomento à pesquisa com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico regional. Dessa forma, os resultados permitiram identificar nos projetos analisados a produção científica e, bem como, a produção tecnológica e de inovação, conforme a Tabela 1.

Tabela 1- Resumo da Análise de Conteúdo Temática dos Projetos de Pesquisa financiados pelo PPSUS do Estado da Bahia.

CLASSES TEMÁTICAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	F
Ciência, Tecnologia e Inovação	Natureza da pesquisa	Pesquisa básica	38
		Pesquisa aplicada	91
		Subtotal	129
	Mecanismos de Geração de Inovação	Novo produto para o SUS	4
		Novo método ou processo para o SUS	7
		Abertura de novos mercados	0
		Novas fontes provedoras de matérias-primas	0
		Nova forma de organização para o SUS	4
		Subtotal	15
	Total de Unidades Temáticas		144

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do Decit/SCTIE/MS (2021).

O processo de análise dos dados resultou em duas categorias temáticas que foram escolhidas seguindo os objetivos do PPSUS e correlacionando com a literatura consultada. Inicialmente,

considerou-se como primeira categoria, a natureza da pesquisa e como subcategorias, a pesquisa básica, com 38 frequências; e a pesquisa aplicada, com 91 frequências.

Em seguida, a segunda categoria, mecanismos de geração de inovação, tendo como subcategorias: novo produto para o SUS, apresentando um total de 4 frequências; novo método ou processo para o SUS, com 7 frequências; abertura de novos mercados, nenhum registro foi identificado; novas fontes provedoras de matérias-primas, também não apresentou nenhuma unidade temática; e nova forma de organização para o SUS, com 4 frequências.

4.1 Natureza da Pesquisa

Segundo a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio do Manual de Frascati (2015), a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) engloba as pesquisas básicas e as pesquisas aplicadas. O Manual conceitua pesquisa básica como um trabalho teórico realizado, substancialmente, para “adquirir novos conhecimentos sobre fenômenos e fatos observáveis, sem considerar uma aplicação ou uso particular. Uma característica crucial é a inexistência de aplicação dos resultados”. Ou seja, os resultados da pesquisa básica, portanto, tem por finalidade a publicação de pesquisas científicas (OCDE, 2015, p. 50).

Este fato foi observado em vários projetos de pesquisa em que os coordenadores declararam expressamente que a aplicabilidade dos seus resultados ao SUS seria por meio da produção de conhecimentos e publicações científicas.

No projeto intitulado “Integração de ações de vigilância, prevenção e controle de doenças tropicais negligenciadas: perspectivas epidemiológicas e operacionais para hanseníase e doença de chagas no SUS no sudoeste do estado da Bahia”, o coordenador declarou: “*as produções e publicações científicas também devem ser consideradas como um produto importante, na perspectiva de fomentar a construção de novos saberes aplicados à prática e qualificação do SUS*”. Esse trecho exemplifica o que a pesquisa básica se propõe no que concerne a geração de conhecimento.

Dessa forma, evidencia-se que os dados encontrados no presente estudo confirmam o padrão estabelecido na literatura quanto a produção dos conhecimentos, no tocante a resultados prováveis da pesquisa básica. Este fato não desvaloriza este tipo de pesquisa, ao contrário, tem por finalidade responder a questionamentos necessários para o avanço da ciência, conforme demonstrado pelos autores Bond e Heitkemper (2001). Segundo estes autores, a ciência básica evoluiu muito, ao longo dos anos, pois ela está envolvida em responder aos mais diversificados dilemas da humanidade como o “mapeamento do genoma humano, a descoberta da estrutura biomolecular, explicações de processos fisiopatológicos, novas abordagens como a nanotecnologia e a terapia genética”, dentre outros.

Com relação as pesquisas aplicadas, elas, também, se relacionam com a capacidade em gerar novos conhecimentos, não obstante concentra-se em produzir um determinado propósito prático. Ou seja, os conhecimentos adquiridos, por meio da pesquisa básica, serão utilizados na pesquisa aplicada de forma mais aprofundada com a finalidade de resolver problemas específicos (OECD, 2015, p. 51).

O Decreto Nº 5.798, de 7 de junho de 2006, embasado no Manual de Frascati, apresenta o conceito sobre a pesquisa aplicada. O art. 1º, inciso II, alínea b) disciplina que a pesquisa aplicada deverá se concentrar na produção de “novos conhecimentos com vistas ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e sistemas” (BRASIL, 2006).

Como o objetivo principal da criação do PPSUS é a redução das desigualdades regionais da saúde, consubstanciando para o fortalecimento e aprimoramento do SUS mediante a resolutividade dos problemas de saúde da população (CELINO, 2013), espera-se que as pesquisas financiadas tenham uma maior aplicabilidade dos seus resultados.

Dessa forma, os achados desta pesquisa reforçam essa evidência, ao identificar que entre os projetos selecionados a maioria diz respeito a pesquisas aplicadas. Entretanto, alguns desses projetos, estão concentrados em produzir conhecimentos, assim como na pesquisa básica.

Por outro lado, apesar das pesquisas aplicadas se concentrar na geração de conhecimento, algumas apresentavam a intenção da aplicabilidade imediata destes conhecimentos. Este fato foi vislumbrado com a declaração expressa de um coordenador de pesquisa, em que afirma que sua pesquisa ajudará os profissionais da saúde e da educação na tomada de decisões e, principalmente, na formulação de políticas: *“o conhecimento dos fatores dificultadores e potencializadores do sucesso da implementação de uma intervenção de promoção da saúde pode subsidiar tomadores de decisão e profissionais de saúde e educação”*.

Em suma, percebeu-se claramente os benefícios da realização da pesquisa básica e da pesquisa aplicada quanto a intenção na resolução dos problemas de saúde vivenciados pela população baiana, tendo em vista a relevância de ambas para o incremento da ciência, tecnologias e inovação, mas, sobretudo, na busca por solucionar as proposições enfrentados pelos sistemas de saúde. É o que afirma o estudo realizado por Lopes (1991), em que o autor reconhece os aspectos que diferenciam uma modalidade da outra, mas ressalta que o foco crucial não deveria se concentrar em mensurá-las, mas em assegurar a transferência de conhecimentos entre elas.

Existe uma série de discussões, como apresentado por Dias e Almeida (2013), de que a “utilização e o entendimento são metas conflitantes” na aplicação da pesquisa. Isso porque muitas vezes consideram a pesquisa básica e a aplicada como totalmente desvinculadas uma da outra, mesmo quando projetos apresentam uma relação forte entre ciência e tecnologia. Por outro lado, o mesmo estudo destaca que é possível sim que pesquisadores sejam capazes de produzir tanto publicações científicas quanto tecnológicas.

Dentro desse contexto, o trabalho encontrou algumas similaridades dos conceitos trazidos pela literatura quanto a realização de pesquisa aplicada, associada, ao desenvolvimento de soluções técnicas potencialmente inovadoras. Sendo assim, percebeu-se que das 91 frequências encontradas quanto a pesquisa aplicada, 8 projetos demonstraram a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em suas pesquisas. Como demonstrado em um projeto que se inclinou a pesquisar métodos parasitológicos e imunológicos de diagnóstico da *estrongiloidíase*, conforme comprovado no trecho a seguir: *“O objetivo deste trabalho é implantar e desenvolver novos testes de diagnóstico da estrongiloidíase para prevenir a forma grave da doença em pacientes imunossuprimidos”*.

4.2 Mecanismos de Geração de Inovação

Esta segunda categoria apresentou uma frequência de unidades de registro bastante inferior, evidenciando que entre as cinco subcategorias apenas três foram reportadas no presente estudo. O objetivo foi caracterizar as pesquisas quanto a potencialidade em transformar os conhecimentos em inovações para o SUS.

A teoria de inovação que Schumpeter desenvolveu descreve cinco mecanismos de geração de inovação, são eles: “introdução de novos produtos; introdução de novos métodos de produção; abertura de novos mercados; desenvolvimento de novas fontes de matérias-primas e outros insumos; e a criação de novas estruturas de mercado em uma indústria” (SHUMPETER, 1934 apud OECD, 2005, p. 36).

Sendo assim, o Manual de Oslo (OECD, 2005, p.55), conceitua inovação, em termos abrangentes, como “a implementação de um produto novo ou significativamente melhorado, um novo processo, um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios”. E deixa claro um ponto crucial para se caracterizar uma inovação, ela deve ser “apropriada”.

De outro lado, ao considerar os desafios operacionais do PPSUS, Carvalho et al., (2016) esclarece que a despeito das contribuições que a pesquisa em saúde possui para “preencher as lacunas do conhecimento em áreas prioritárias, ainda são necessários esforços para a utilização dos seus resultados”. Problema esse totalmente convergente quando se pensa em inovação.

As inovações de produtos acontecem quando se utilizaram novos conhecimentos ou tecnologias, ou simplesmente quando se apoia em conhecimentos e tecnologias existentes para originar novos usos. Já com relação as inovações de processo, o Manual conceitua como o desenvolvimento de métodos novos ou melhorados para o suprimento de determinado serviço,

podendo envolver alterações e criações de equipamentos, softwares e a efetivação de tecnologias da informação e comunicação (TIC) (OECD, 2005, p. 59).

Quanto as inovações de marketing, o que Schumpeter denomina de abertura de novos mercados, elas estão relacionadas com todo o processo que envolve o atendimento das necessidades dos consumidores, ou seja, tudo que tendência ao “reposicionamento de um produto no mercado”. E, por fim, as inovações organizacionais que se concentram com a “implementação de novos métodos para a organização de rotinas e procedimentos para a condução do trabalho” (OECD, 2005,p. 59).

Dessa maneira, ao trazer um panorama geral sobre os vários conceitos dos mecanismos de geração de inovação nasce a necessidade de conceituar o que são tecnologias em saúde. No contexto da Portaria N° 2.510/GM, de 19 de dezembro de 2005, considera-se como tecnologias em saúde: “medicamentos, materiais, equipamentos e procedimentos, sistemas organizacionais, educacionais, de informações e de suporte, e programas e protocolos assistenciais, por meio dos quais a atenção e os cuidados com a saúde são prestados à população” (BRASIL, 2005).

Portanto, os documentos analisados no estudo em questão tomaram como base os conceitos acima explorados fazendo, contudo, uma adaptação quanto a sua utilização para os serviços de saúde. Esse fato inclusive é um dado adicional que a presente investigação trouxe como diferencial, além de confirmar o padrão já estabelecido pela literatura. Por isso, ao nomear as subcategorias adicionou-se o termo “SUS”, tendo em vista que as inovações analisadas terão aplicabilidade neste segmento.

Os dados encontrados nesta pesquisa no que se refere a soluções técnicas potencialmente inventivas corresponderam a um total de 15 inovações, sendo quatro originadas do Edital N° 020/2010, cinco do Edital N° 020/2013, duas do Edital N° 030/2013 e quatro do Edital N° 003/2017, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Soluções Técnicas Potencialmente Inovadoras como produtos dos projetos financiados pelo PPSUS do Estado da Bahia.

ANO/EDITAL	Nº PROJETOS	SOLUÇÕES TÉCNICAS POTENCIALMENTE INOVADORAS	TIPOS DE INOVAÇÃO
Edital PPSUS 020/2010	18	[1] Novo teste diagnóstico da estrogiloidíase; [2] Nova forma de organização para o SUS; com a incorporação de uma rede de diagnóstico e assistência; [3] Nova forma de organização do SUS com a introdução de novos biomarcadores; [4] Nova forma de organização do SUS com o estabelecimento de um protocolo de monitoramento do citomegalovírus e aspergillus.	Novo método ou processo Nova forma de organização Nova forma de organização Nova forma de organização
Edital PPSUS 020/2013	44	[1] Desenvolvimento de NanoBiomateriais e fármacos nanoestruturado para reparo ósseo; [2] Geração de um Plano de Gestão de Documentos e de Sistemas de Arquivos para os Hospitais da Rede InovarH-BA e Hospitais do SUS; [3] Desenvolvimento de aplicativo de suporte para a tomada de decisão para prescrição de medicamentos a pacientes idosos; [4] Desenvolvimento de medicamento com atividade para parasitos e células tumorais; [5] Desenvolvimento de um método analítico para determinação de urânio em leite materno.	Novo produto Nova forma de organização Novo método ou processo Novo produto Novo método ou processo
Edital PPSUS 030/2013	27	[1] Desenvolvimento de ferramenta digital para acesso a saúde dos trabalhadores; [2] Desenvolvimento de uma ferramenta Web para avaliação do conhecimento de HIV-1 e HTLV-1.	Novo método ou processo Novo método ou processo
Edital PPSUS 003/2017	55	[1] Desenvolvimento de um sistema computacional para o diagnóstico de lesões histopatológicas; [2] Desenvolvimento de teste imunocromatográfico para detecção de T.Cruzi;	Novo método ou processo Novo produto

[3] Desenvolvimento de uma plataforma telemática de suporte ao sistema SUREMWEB;	Novo método ou processo
[4] Desenvolvimento de um método de diagnóstico molecular para carcinomas do fígado.	Novo produto

Total:	144	15
---------------	------------	-----------

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme dados do Decit/SCTIE/MS (2021).

Percebe-se quanto as soluções potencialmente inovadoras que os coordenadores das pesquisas sempre deixavam claro que os seus resultados eram criações novas e que eles iriam trazer benefícios para o SUS.

Observou-se que em dois projetos do Edital N° 020/2013, os coordenadores ressaltaram que os resultados das suas pesquisas poderiam resultar em registro de patentes, como explícito no texto: “[...]contribuirá para a geração de condições técnico-científicas e novas tecnologias para o desenvolvimento de novos produtos/processos/protocolos e patentes”.

Em relação a análise dos editais percebe-se uma padronização quanto ao conteúdo e a estrutura, pois os mesmos obedecem ao modelo proposto pelo MS e pelo CNPq. Logo, os editais delimitam seu escopo de forma clara ao afirmar que o instrumento servirá para “apoiar financeiramente pesquisas que objetivam promover o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou de inovação na área da saúde” (FAPESB, 2021). Portanto, incentiva o desenvolvimento tanto de pesquisa voltadas para a produção acadêmica quanto para a produção tecnológica.

Quanto aos critérios de julgamento das propostas observa-se que todos os editais estabelecem critérios quanto a transferência e aplicabilidade dos resultados das pesquisas para o SUS. Contudo, destacam-se os Editais N° 020/2010, 020/2013 e N° 030/2013 quanto ao estabelecimento da integração das propostas com a Secretaria de Saúde do Estado (SESAB) e, inclusive, considera a participação de servidores como membros da equipe da pesquisa, deixando inequívoco que esse critério seria relevante para propiciar a transferência dos resultados obtidos ao SUS (FAPESB, 2021).

Dessa forma, não se observou tendência nos critérios que pudesse gerar vieses dos tipos de projetos apresentados e nota-se o incremento de um critério com a preocupação de incorporação dos resultados ao SUS.

5 Considerações Finais

A caracterização das pesquisas financiadas pelo PPSUS permitiu uma análise crítica dos projetos selecionados pelo Programa no período entre 2010 e 2017. Verificou-se que entre os 144 projetos, a maioria se refere a pesquisa básica e a pesquisa aplicada, totalizando 129, e somente 15 projetos apresentam soluções técnicas potencialmente inovadoras.

O presente estudo reafirmou o potencial das pesquisas em saúde para contribuir no preenchimento de lacunas em áreas prioritárias, identificando algumas criações iminentemente inovadoras como, por exemplo, o desenvolvimento de aplicativos; de fármacos nanoestruturados; de testes diagnósticos; de NanoBiomateriais; de sistemas computacionais; de plano de gestão de documentos e de sistemas de arquivos hospitalares; de método analítico para detecção de urânio em leite materno, dentre outros.

Adicionalmente, infere-se que os Editais PPSUS N° 020/2010, N° 020/2013, N° 030/2013 e N° 003/2017 são instrumentalizados por critérios de julgamento satisfatórios com os objetivos que regem o Programa. No entanto, o presente estudo traz recomendações para se estabelecer limites de financiamento para cada modalidade de pesquisa, básica, aplicada e tecnológica e/ou inovação, de modo que sejam financiados projetos condizentes com os reais objetivos do Programa, dimensionando equitativamente os resultados das pesquisas. Outra contribuição que sugerimos seria a inclusão adicional de coordenadores/proponentes com vínculos aos serviços de saúde dos respectivos estados. Assim, garantiria uma maior e melhor interação com o SUS para facilitar a transferência dos resultados das pesquisas.

Portanto, este estudo limitou-se a descrever a caracterização dos projetos financiados no período entre 2010 a 2017, por isso considerando a lacuna de investigações sobre o PPSUS-BA,

será absolutamente necessária uma análise futura sobre o impacto destes projetos na transformação e fortalecimento das melhorias efetivas do SUS no estado da Bahia.

6 Agradecimentos

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI), ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia por seu apoio financeiro e a FAPESB pelo apoio na informação dos dados.

Referências

- BARDIN, L.. Análise de Conteúdo. Edição Revisada e Ampliada. São Paulo: Edições70, 2016.
- BARTOLI, M. C. de; MORAIS, L. F. S; MOTTA, M. L. da. Programa de pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde e o Estado de São Paulo. **BIS**. Boletim do Instituto Saúde. Programa de Pesquisa para o SUS. Vol 13, Nº 1, Abr 2011, ISSN 1518-1812/on line 1809-7529, 5-13, p. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/nur.1035> . Acesso em: 11 mai. 2021.
- BOND, E. F.; HEITKEMPER, M. M. Physiological Nursing Science: Emerging Directions. Research in Nursing & Health, 2001, 24, 345-348. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/nur.1035> . Acesso em:11 mai. 2021.
- BRASIL. **Decreto Nº 5.798, de 7 de junho de 2006**. Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação que trata a Lei Nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5798.htm . Acesso em: 11 mai. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde**. 2ª edição. 1ª reimpressão. Brasília – DF, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Politica_Portugues.pdf . Acesso em: 18 abr.2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em: 17 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Brasília/DF, 2000. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf . Acesso em: 05 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 2.510, de 19 de dezembro de 2005**. Institui Comissão para Elaboração da Política de Gestão Tecnológica no âmbito do Sistema Único de Saúde - CPGT. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2510_19_12_2005.html . Acesso em: 23 abr. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Ciência e Tecnologia. **Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde. Diretrizes Técnicas**. 6ª edição. Brasília/DF, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Seleção de Prioridades de Pesquisa em Saúde - Guia PPSUS**. 2ª edição. Brasília – DF, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_ppsus_2ed_2009.pdf . Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Encontro Nacional do PPSUS. **Iniciativas Inovadoras de pesquisa em saúde – Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS**. Brasília/DF. 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/encontro_nacional_ppsus.pdf . Acesso em: 18 abr. 2021.
- CARVALHO, R. R. S.; JORGE, M. S. B.; SERAPIONI, M.; MORAIS, J. B. de; CAMINHA, E. C. R. Programa Pesquisa para o SUS: desafios para aplicabilidade na gestão e serviços de saúde do Ceará. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, p. 53-63, Jul./Set. 2016. Disponível em: DOI: 10.1590/0103-1104201611004. Acesso em: 20 abr. 2021.

CARVALHEIRO, J. da R.. Incorporação dos resultados de pesquisa pelos gestores do Sistema (Único) de Saúde num contexto atual. **BIS**. Boletim do Instituto de Saúde, A incorporação dos resultados das pesquisas científicas no SUS. vol. 13, n. 3, Julho de 2012, ISSN 1518-1812/online: 1809-7429. Disponível em: https://issuu.com/institutodesaude/docs/vol13_n3_bis_amamarelo . Acesso em: 20 abr. 2021.

CELINO, S. D. de M.; COSTA, G. M. C.; FRANÇA, I. S. X. de; ARAÚJO, E. C. de; Programa Pesquisa para o SUS: a contribuição para gestão e serviços de saúde na Paraíba, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(1):203-212, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000100021&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 19 mar.2021

DECIT. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações do Departamento de Ciência e Tecnologia – SISC&T**. Pesquisa Saúde. Disponível em: <http://pesquisasaude.saude.gov.br/sobrepesquisasaude.xhtml> . Acesso em: 24 abr. 2021.

DIAS, C. G.; ALMEIDA, R. B. Produção científica e produção tecnológica: transformando um trabalho científico em pedidos de patente. **Einstein**. 2013;11(1):1-10. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-45082013000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 12 mai. 2021.

ELL, E.; BAPTISTA, C. J.; SANTOS JUNIOR, J. E. dos; BARBOSA JUNIOR, A.; FRATTINI, N. A. C.; SACHETTI, C. G.; ALMEIDA, M. J. de. Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS): contribuições para a ciência, tecnologia e inovação em saúde no estado do Paraná. **Espaço para a Saúde – Revista de Saúde Pública do Paraná - Londrina**, v. 17, n. 1, p. 65-74, jul. 2016. Disponível em: DOI 10.5433/1517-7130.2016v17n1p65. Acesso em: 20 mai. 2021.

FAPESB. **Relatório de Gestão**, 2003, 2004, 2006, 2009, 2010, 2013, 2017 e 2020. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/transparencia/> . Acesso em: 15 abr. 2021.

FAPESB. **Editais PPSUS Nº 020/2010, 020/2013, 030/2013; 003/2017**. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/category/edital/> . Acesso em: 10 mai. 2021.

GUIMARÃES, R. Pesquisa em saúde no Brasil: contexto e desafios. **Rev. Saúde Pública** 2006;40(N Esp):3-10. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v40nspe/30616.pdf> . Acesso em: 19 mai. 2021.

LOPES, O. U. Pesquisa básica versus pesquisa aplicada. **Estudos Avançados** 5(13), 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4wdLMNPZSxMTGx3tS5pbkgG/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 20 mai. 2021.

NOVAES, M. R. C. G; MOTTA, M. L. da; ELIAS, F. T. S; SILVA, R. E. da; SILVA, C. C. G. da; BALIERO, V. de A. T; TENORIO, M. Incentivos e desafios relacionados à condução da pesquisa científica, tecnológica e de inovação no âmbito do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24(6):2211-2220, 2019. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-81232018246.07932019. Acesso em: 20 mai 2021.

OCDE. Manula de Oslo. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3ª ed. Tradução FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. 2005. 56, p. Disponível: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf> . Acesso em: 23 abr. 2021.

OCDE. Manual de Frascati 2015. **Guidelines for Collecting and Reporting data on Research and Experimental Development**. The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264239012-en.pdf?expires=1621208279&id=id&accname=guest&checksum=695AC1B242DC2DFC73B2172D9B7B703F> . Acesso em: 13 mai. 2021.